



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LUANA FRANCISCA DAS NEVES MELO**

**POLÍTICA DE GÊNERO E TRABALHO: A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA  
MILITAR NO ESTADO DA PARAÍBA**

**SUMÉ - PB  
2018**

**LUANA FRANCISCA DAS NEVES MELO**

**POLÍTICA DE GÊNERO E TRABALHO: A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA  
MILITAR NO ESTADO DA PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Ciências Sociais do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável  
do Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Sociais.**

**Orientadora: Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão.**

**SUMÉ - PB  
2018**

M528p Melo, Luana Francisca das Neves.

Política de gênero e trabalho: A inserção da mulher na Polícia Militar no Estado da Paraíba. / Luana Francisca das Neves Melo. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

53 f.

Orientadora: Professora Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Polícia Militar da Paraíba. 2. Mulher Policial. 3. Igualdade de gênero. I. Título.

CDU: 305(043.1)

LUANA FRANCISCA DAS NEVES MELO

**POLÍTICA DE GÊNERO E TRABALHO: A INSERÇÃO DA MULHER NA  
POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

Aprovada em: 08/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Sheylla de Kassia Silva Galvão

Prof. Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão  
(Orientadora – UFCG/CDSA/UACIS)

Susana Rolim S. Silva

Prof. Ma. Susana Rolim Soares Silva  
(Examinadora I – UFCG/CDSA/UACIS)

Jéssica da Silva Vieira

Prof. Ma. Jéssica da Silva Vieira  
(Examinador II – UFCG/CDSA/UACIS)

A Deus por ter me abençoado até aqui, a minha família e amigos que me proporcionaram apoio nesta jornada. (Dedico).

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que me concedeu o dom da vida, e de caminhar sempre firme pelos meus objetivos, que esteve durante todo este percurso me sustentando através da fé.

A conclusão deste trabalho é resultado de uma grande soma de contribuições de pessoas que estiveram sempre ao meu lado, apoiando meu crescimento. A minha família que consagro como minha base e condiz sobre minha essência. Especialmente a minha mãe Maria José das Neves Melo e meu pai Antônio Francisco de Melo que sempre estiveram presentes e me apoiando nos mais difíceis obstáculos desta jornada; ao meu namorado Waldenio Lima de Araújo que esteve comigo em todas as fazes difíceis me incentivando a nunca desistir;

Aos meus professores que com maestria contribuíram significativamente para meu crescimento intelectual, em especial a minha orientadora Sheylla de Kassia Silva Galvão que me incentivou e suportou os imensos “aperreios” que lhes fiz durante toda graduação;

Aos meus amigos de classe, com quem aprendi que a aprendizagem coletiva é de suma importância para nossa futura profissão enquanto educador, especialmente as amigas Patrícia Fabiana e Rosa Pinheiro, com as quais construí uma amizade para além da sala de aula, para toda vida.

O percurso foi longo, os obstáculos visíveis e a cada etapa conquistada o sentimento de dever cumprido dominou meu coração. Um ciclo se termina para que outros comecem.

*Espera no senhor, anima-te, e ele fortalecerá o teu coração; espera, pois, no senhor. (Salmos 27:14)*

## RESUMO

MELO, L. F. N. **Política de Gênero e Trabalho: A inserção da mulher na Polícia Militar no Estado da Paraíba**. 2018. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Campina Grande/ Campus de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.

O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de inserção da mulher na Polícia Militar no Estado da Paraíba, além da realização de uma análise sobre as práticas cotidianas e suas relações de gênero dentro desta corporação. Para isto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, sob a luz do método de Análise de Discurso baseado na teoria Foucaultiana, com utilização de questionário como técnica de coleta de dados aplicado à uma amostra de doze mulheres policiais militares lotadas em três batalhões, ou melhor, três cidades, do Estado da Paraíba, a saber João Pessoa, Campina Grande e Monteiro. Diante dos resultados foi possível considerar que esta não é uma profissão almejada diretamente como objetivo de vida, mas principalmente por proporcionar uma estabilidade financeira para quem nela se inserir. Os dados apontam para a existência de diversos obstáculos que a mulher enfrenta no exercício de sua carreira desde que começou a se inserir na Polícia Militar até os últimos dias atuais. Ser uma mulher policial militar de acordo com este estudo que requer capacitação, coragem, discernimento, segurança, calma, paciência entre outros diversos adjetivos que são necessários diariamente nas funções exercidas tanto no trabalho ostensivo, quanto burocrático tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, às mulheres ainda arcam, tanto material quanto simbolicamente, com situações inerentes a sua condição de mulher numa sociedade patriarcal, especialmente, numa instituição predominantemente masculina.

**Palavras-Chave:** Mulher Policial. Polícia Militar do Estado da Paraíba. Igualdade de Gênero.

## **ABSTRACT**

MELO, L. F. N. Gender and labor policy: **Women insertion in the Military Police in Paraíba state**. 2018. 52f. Term Paper. Federal University of Campina Grande/Campus for the Sustainable Development of the Semi-Arid.

The present study aims to understand the process of insertion of women in the Military Police in the State of Paraíba, in addition to conducting an analysis of everyday practices and their gender relations within this corporation. For this, a qualitative research was carried out, under the light of the Discourse Analysis method based on the Foucaultian theory, using a questionnaire as a data collection technique applied to a sample of twelve military police women crowded in three battalions, three cities, of the State of Paraíba, namely João Pessoa, Campina Grande and Monteiro. Given the results, it was possible to consider that this is not a profession aimed directly at the objective of life, but mainly to provide financial stability for those who enter it. The data points to the existence of several obstacles that the woman faces in the exercise of her career from the time she began to join the Military Police until the last days. Be a military police woman according to this study that requires training, courage, discernment, security, calm, patience, among other diverse adjectives that are needed daily in the functions carried out in both ostensive and bureaucratic work for both men and women. However, women still argue, both materially and symbolically, with situations inherent in their status as a woman in a patriarchal society, especially in a predominantly male institution.

**Key words:** Policewoman. Military Police of the State of Paraíba. Gender equality.

## LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1	Identificação de percentual de rejeição do gênero masculino sobre o feminino na Polícia Militar, segundo dados da pesquisa.....	37
Figura 2	Identificação da preferência das mulheres policiais em relação do trabalho ostensivo e burocrático.....	39
Figura 3	Identificação da opinião das mulheres policiais sobre a igualdade de gênero na corporação.....	42

## LISTA DE TABELA

Tabela 1	Especificação da opinião das mulheres policiais sobre seu curso de formação.....	35
----------	--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
<b>2 A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>16</b>
2.1 A INCLUSÃO FEMININA NA POLÍCIA MILITAR.....	18
2.2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA.....	21
2.3 TEORIA DE GÊNERO: SUPORTE PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR.....	23
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
3.1 LOCAL DE ESTUDO.....	28
3.2 COLETA DE DADOS.....	29
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	30
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS.....	30
3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA.....	32
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

**APÊNDICE A** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**APÊNDICE B** – Instrumento de Coleta de Dados.

## 1 INTRODUÇÃO

A conquista feminina no meio social é fruto de muitas lutas. Lutas estas desenvolvidas diante de uma sociedade marcada por um modelo patriarcal estabelecido desde o período Brasil colônia, em que o homem era detentor do poder e da ordem e a mulher sua submissa, predestinada ao papel de esposa e mãe.

O modelo patriarcal de sociedade brasileira fez com que houvesse uma grande resistência da inserção da representação feminina no mercado de trabalho e em outras áreas sociais, como a acadêmica ou política, que sempre foram ocupadas pelos homens.

A partir da Revolução Francesa as mulheres começaram a lutar pelo seu direito de cidadania, em busca de desconstruir a imagem valorativa que lhes dedicavam, e de forma mais organizada, conseguiram aos poucos muitos avanços e conquistas para o gênero feminino (NETO, 2016).

O Movimento Feminista também teve forte influência nas conquistas obtidas pelas mulheres, através deste foi possível desconstruir uma grande gama de preconceitos e discriminações que durante tanto tempo sofreram, e adentrar no mercado de trabalho, em profissões que sempre foram masculinizadas.

A Polícia Militar é um destes campos, sendo este um dos atores principais do Sistema de Segurança Pública estadual, a exclusão da presença feminina sempre foi justificada pela necessidade do uso da força física.

O preconceito mais evidente contra a mulher neste campo é relativo à atividade-fim, ou seja, no Policiamento Ostensivo, tendo em vista sua capacidade operacional. O discurso do senso comum enfatiza que a figura feminina sempre foi vista como frágil, e sendo a polícia uma corporação de combate ao crime e responsável por restabelecer a ordem, não seria em hipótese alguma um lugar ideal para este gênero.

No entanto, a premissa na legislação brasileira de que mulheres que cometem crimes ou são suspeitas de cometê-los só podem ser revistadas por policiais mulheres gerou a necessidade da incorporação do contingente feminino à força policial.

Atualmente, a Polícia Militar, em todas as unidades da Federação, conta com mulheres em seus quadros. Porém, ainda com uma representação bem inferior ao sexo masculino. Isto pode ser explicitamente notável nos dois últimos editais do concurso da Polícia Militar da Paraíba. Em 2014 foram disponibilizadas 520 vagas para o cargo de Soldado da Polícia Militar, sendo destas, 494 vagas para o sexo masculino e 26 para o sexo feminino. Já em

2018, o último concurso vigente foram 900 vagas oferecidas para o cargo de policial militar, e destas apenas 50 foram destinadas ao gênero feminino.

Esta desigualdade em números de vagas por distinção de gênero também é relevante nos quadros para o Curso de Formação para Oficiais, nos dois últimos anos podemos observar que das 30 vagas ofertadas apenas 5 foram dedicadas para o gênero feminino e 25 para o gênero masculino. Mesmo com uma quantidade de vagas bem reduzidas para as mulheres, estes números não deixam de representar um avanço para as demais.

A inserção feminina nas Polícias Militares no Brasil ocorreu a partir da década de 1950, tendo como estado pioneiro o estado de São Paulo. Porém, esta participação só se efetivou em todo Brasil a partir de 1977 através de uma portaria do Estado-Maior do Exército, ressaltando que este poder do Exército ocorreu por estar no período da Intervenção Militar. Mas apenas em 1984 foi sancionado o marco legal para inserção feminina nos quadros regulares da polícia militar. A partir do Decreto-Lei Federal 2.106, de 6 de fevereiro de 1984 que estabelece:

Art. 8º (...) inciso 2º - Os Estados, territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares: (a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização no ministério do Exército. (...)

As primeiras policiais militares brasileiras no devir de sua função em sua maioria estavam designadas para desempenhar funções em ambientes com grande fluxo de indivíduos, trabalhos de cunho assistencial ou preventivo, principalmente no policiamento de trânsito, na saúde e educação. Ou realizar atividades que não necessitassem contato direto com criminosos.

Para Soares e Musumeci (2005) a inserção feminina na Polícia Militar estava associada a um tratado de paz, onde almejava-se “humanizar” a corporação, visto que sua imagem estava estritamente refletida na ditadura, fazendo com que a sociedade como um todo a enxergasse como repressiva, totalitária e corrupta.

O discurso de igualdade, sem distinção de qualquer gênero, tem incitado questionamentos para com a instituição “Polícia Militar”, pois mesmo diante da lei já estabelecida pela constituição federal desde 1988, ainda não se faz cumprir devidamente seus trâmites, existindo neste meio uma grande proporção de desigualdade. “Atualmente, nos estados brasileiros, encontramos os mais diversos tratamentos à incorporação de mulheres nas

Polícias Militares, manifestos, sobretudo por meio de restrições legais e informais, o que vem dificultando a inserção e a ascensão na carreira”. (CALAZANS, 2004, p.143).

Segundo Neto (2016) a corporação ainda não conseguiu se adequar as exigências estabelecidas pelo estado democrático. Diante desta realidade este trabalho visa identificar como ocorreu a inserção feminina na Polícia Militar da Paraíba, além de buscar compreender como ocorre essa participação nas práticas cotidianas na profissão de policial, e, sobretudo no policiamento ostensivo.

A iniciativa deste estudo realizado sobre as Mulheres Policiais no Estado da Paraíba foi incitada pela curiosidade e pretensão de contribuir para o conhecimento de como é ser uma mulher policial, em dias atuais, uma profissão que sempre foi um desafio para a inserção feminina.

Alguns questionamentos envolvem a averiguação inicial desta pesquisa, como por exemplo: Por que ainda existe desigualdade de gênero, tão explícita, em policiais militares? Se as mulheres policiais provaram ser capazes de realizar as mesmas funções que os homens?

## **1.1 OBJETIVOS**

### 1.1.1 Objetivo Geral

- ✓ Compreender como ocorre o processo de inserção da mulher na Polícia Militar no Estado da Paraíba.

### 1.1.2 Objetivos específicos:

- ✓ Descrever a inserção da mulher na história da polícia militar;
- ✓ Discutir a dimensão da representação de gênero no discurso institucional da polícia militar;
- ✓ Explicar o processo de inserção da mulher na polícia militar no corpo operacional e suas condicionantes regionais.

## 2 A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Os direitos das mulheres sempre foram minimizados e inferiorizados diante dos direitos masculinos. A luta por estes direitos e pela igualdade de gênero é algo constante, que vem durante muito tempo sendo aos poucos conquistados.

No período colonial (1500-1822), a figura feminina estava representada pela mulher indígena, estas responsáveis pela plantação e colheita. Com a chegada dos colonizadores passaram a serem vistas como esposas, concubinas, e empregadas domésticas. Posteriormente notada por os mesmos pela sua capacidade reprodutora. Neste período ainda não havia em solo brasileiro mulheres brancas suficientes para os Portugueses, e isto fez com que, mesmo com a desaprovação dos jesuítas, mantivessem relacionamentos sexuais com as índias. (TELES, 2017).

Logo mais, estava a mulher predestinada ao papel de esposa e mãe. A educação neste tempo também ajudava significamente para manutenção deste sistema, pois era comandada pelos Jesuítas e estes pregavam apenas pensamentos e ideias arcaicas, tradicionais e conservadoras.

No período do Brasil Império (1822-1889) as mulheres ainda não tinham seus direitos políticos reconhecidos, porém começaram a obter alguns direitos como, o direito à educação. Quando alterada sua forma de governo para república, a mulher mesmo tendo conseguido adentrar no mercado de trabalho, continuou a ser coagida e tratada como inferior diante dos homens, ou seja, eram exploradas, ganhavam menos e trabalhavam mais. (NETO, 2016).

A partir da 1º e 2º Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) foi que a participação feminina começou efetivamente a se desempenhar, pois enquanto seus companheiros tiveram que participarem nas frentes de batalha, e pela ausência dos homens as mulheres tiveram que encarregar-se dos negócios de suas famílias e ocuparem seus cargos no mercado de trabalho.

Esta inserção no mercado de trabalho proporcionou para as mulheres a conquista pela sua liberdade e autonomia pela sua vida.

A entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho é marcada, segundo Betiol (2000), pela Primeira Guerra Mundial, principalmente no que se refere aos países diretamente envolvidos com a guerra. Para a autora, essa entrada no espaço público trouxe experiências significativas de liberdade e de responsabilidade a essas mulheres, aumentando sua auto-estima e, conseqüentemente, reduzindo as barreiras entre trabalhos masculinos e femininos (BETIOL, 2000 *apud* CAPELLE; MELO, 2010).

A Constituição Federal de 1934 em seu Artigo 113, inciso I, sancionou a lei assegurando a igualdade entre os dois sexos: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas”. Mas, mesmo diante deste avanço em conquistar a igualdade em trâmites da lei, algumas formas de exploração, de salários desiguais e vagas no mercado de trabalho não atenderam a esta cláusula e permaneceram ainda durante muito tempo.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) muitas mulheres viram também uma oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho. Sua imagem atenciosa, obediente, com exigências menores que seu sexo oposto, lhe proporcionou a exercerem funções monótonas e repetitivas, encontrando espaço com estas atividades, sobretudo, nas empresas. As mulheres passaram a desempenhar no mercado de trabalho funções análogas àquelas realizadas em casa, no âmbito doméstico, profissões relacionadas com características atribuídas às mulheres, geralmente associadas ao cuidar, como professoras, enfermeiras, secretarias, telefonistas, cozinheiras, entre outras. Louro (2002).

Estas características atribuídas à figura feminina sempre foram justificadas pela sua condição biológica, e em decorrência disso ainda ocorre em dias atuais uma naturalização para esta justificativa.

A explicação biológica para a condição naturalmente subalterna da mulher sustenta-se até o avançar do capitalismo industrial. Neste momento, as condições históricas se transformam. O movimento feminista, organizado coletivamente, surge com o objetivo de opor-se a situação subordinada das mulheres “pegando carona” nas mudanças que marcaram a história ocidental européia a partir do século XVIII, vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana (SANTOS, 2007, p. 115).

Porém, segundo Teles (2017) desde este período até os dias atuais as empresas não dispõem de equipamentos sociais que possibilitem que as mulheres não exerçam jornada dupla, ou seja, além de trabalharem fora, ao chegar em casa ainda têm que realizar seus afazeres domésticos.

No século XIX ainda podemos salientar que a mulher ainda possuía a mesma identidade da qual representava no Brasil colônia. Este sistema só começou a se modificar a partir do processo de industrialização, pois este conduziu diversas regiões do país a se integrar no sistema Capitalista de maneira mais intensa. “O capitalismo se desenvolveu de modo diferente em cada país, mas em todos eles legitimou o mesmo regime patriarcal de

dominação. As mulheres enfrentavam, em lugares diferentes, problemas similares de opressão”. (TELES, 2017, p. 45).

Foram necessárias muitas lutas na tentativa de romper, e tentar desconstruir a cultura estabelecida, que enxergava a mulher apenas como esposa e mãe, que tinha como função apenas cuidar do lar, ou desenvolver algumas atividades artesanais. As mudanças decorrentes do capitalismo e as lutas feministas durante séculos foram de extrema importância e determinantes para as conquistas no mercado de trabalho, no meio social e, sobretudo, nas conquistas de igualdade de gênero.

A participação feminina no mercado de trabalho é um fator preponderante na contemporaneidade, que está presente tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países subdesenvolvidos, e mesmo com tantos obstáculos preconceitos e discriminações a mulher conseguiu adentrar em todas as áreas e profissões, antes consideradas exclusivas para a participação masculina. Porém:

As mulheres modernas, assim como suas antepassadas, ainda sofrem discriminação de gênero, racial e cultural, nos seus espaços de atuação profissional e isto é refletido em consideráveis diferenças salariais, nos postos ocupados e muitas vezes, nos assédios sofridos por elas, sejam de cunho moral ou sexual (FEITOSA, 2010, p. 16).

Isto é algo que ainda é necessário ser superado, porém não é algo fácil e que requer muitos movimentos revolucionários capazes de modificar esta realidade. Pois estas discriminações são fruto de um sistema de dominação masculina que durante muito tempo foi estabelecido em nossa sociedade.

## 2.1 A INCLUSÃO FEMININA NA POLÍCIA MILITAR

A polícia militar é um dos órgãos administrativos responsáveis pela segurança pública, estando encarregados de impedir, neutralizar e conter as práticas reprováveis diante da sociedade. “A polícia é um órgão administrativo que impõe limites a liberdade de grupos como medida necessária a manutenção da ordem pública, se apresentando em duas formas de combate ao crime, quais sejam: a preventiva e a repressiva” (OLIVEIRA, 2011, p.10).

Por se caracterizar uma profissão de risco, e necessitar do aparato da força física na execução de suas funções, durante muito tempo a Polícia Militar foi considerada uma profissão exclusivamente destinada para o sexo masculino.

A inserção feminina neste âmbito ocorreu tardiamente, pois mesmo diante de um decreto instituído em 1985 possibilitando as demais fazerem parte desta instituição, foi apenas a partir de 1994 que conseguiram adentrar neste campo de trabalho, tornando-se um marco para história da instituição e um grande avanço para a luta feminina, conseguindo se inserir em um ambiente totalmente masculinizado.

Com sua inserção na Polícia Militar as mulheres tiveram ainda que enfrentar vários obstáculos devido sua condição física, pois mesmo sendo preparadas intelectualmente e capazes de ocupar os mesmos espaços masculinos não se pode deixar de reconhecer que o corpo feminino é menos preparado fisicamente que o do homem.

A relação entre formação intelectual e corporal é regida por uma dinâmica complexa na organização militar. O desempenho nos exercícios de caráter prático celebra nos corpos mais preparados (mais fortes, resistentes e viris) a valorização do capital físico. Este, inclusive representou (e ainda representa) um dos argumentos que respaldam a existência à incorporação de mulheres nos quadros policiais militares (NASCIMENTO, 2013, p. 27).

Aos poucos as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho e diante de várias lutas conseguiram ingressar nas mais diversas profissões, especialmente, na Polícia Militar, revertendo sua ordem natural de donas do lar.

Os estudos de Feitosa (2010) apontam que, essa participação feminina é decorrente de um conjunto de fatores que passam pela queda das taxas de fecundidade da mulher e aumento da sua escolaridade, bem como pelas mudanças ocorridas nos valores que concernem aos papéis e espaços destinados as mulheres.

O preconceito que estava constituído tanto internamente quando externamente pelos indivíduos sociais, a respeito da figura feminina, passou diante deste contexto a perder seu significado e aos poucos através de tantas reivindicações foram sendo concedidos os direitos igualitários para ambos os sexos. Porém:

(...) embora tenham sido expressivos os avanços no mundo do trabalho através da maior inserção de mulheres em várias profissões, até então exclusivas aos homens e consequentes mudanças nas relações sociais e na estrutura familiar, ainda persistem processos sociais que atuam hierarquizando os sexos a partir do reforço das desigualdades e na oposição entre o feminino e o masculino, restringindo-os aos respectivos sexos biológicos. (SOUZA, 2009 *apud* AMARAL, 2005, p. 23).

Esta desigualdade ocorre visivelmente na desvalorização do trabalho feminino e nas diferenças salariais na maioria das profissões. Houve mudanças e conquistas femininas, porém, ainda há muito pelo que ser lutado.

Segundo Soares e Musumeci (2005) a permissão para a entrada de mulheres nas polícias militares brasileiras data do período da ditadura militar se associa a necessidade de cobrir certos campos de atuação em que o policiamento masculino (fundamentalmente repressivo) estaria encontrando acentuadas dificuldades.

De acordo com Nascimento (2013) esta inserção ocorreu pela necessidade em se humanizar a imagem da Polícia Militar, que estava vinculada ao regime autoritário do governo militar. A necessidade de uma polícia adequada para o processo de redemocratização pela qual o país passava período pós ditadura. “Surgindo, sobretudo na década de 1980, a incorporação de mulheres coloca-se como uma saída estratégica, visando agregar um novo conjunto de valores à tradição da virilidade no modelo constituído de polícia vigente até então” (NASCIMENTO, 2013, p. 27).

Afrontam-se novas situações em que não é tão necessária a força física, e que identifica nas mulheres potencialidades que até agora não lhes foram reconhecidas: reduzir situações potencialmente violentas e conflituosas, atender coletivos que exigem tratamentos diferenciados e a valorização de formas preventivas (CALAZANS, 2003, p. 37).

Feitosa (2010) enfatiza que mesmo este sendo um assunto bastante relevante para segurança pública ainda não existem estudos específicos que demonstrem a contribuição da participação feminina na Polícia Militar e, sobretudo, as relações de gênero e poder que ali se efetivaram. Podemos inferir, com os dados obtidos nesta pesquisa e diante das dificuldades enfrentadas para a coleta de dados, especialmente a realização de entrevistas com mulheres policiais que, a escassez de trabalhos sobre esta temática deve-se ao fato de a Polícia Militar ser uma instituição ainda muito fechada, devido ao aspecto militarizado, entre outros.

Em seus estudos Oliveira (2011) enfatiza a importância da participação feminina na Polícia Militar, e assegura ser um ganho para a cidadania, garantindo visibilidade as questões de gênero e dissolvendo o preconceito de que a mulher é dócil, frágil e que precisa de proteção. Além disso, Soares e Musumeci (2005) asseguram que as mulheres no decorrer de suas funções são menos violentas e mais rigorosas no cumprimento da lei e sobretudo, menos corruptas que os homens.

Na Paraíba as primeiras mulheres a fazerem parte da corporação e constituir seu efetivo foram no ano de 1987, tendo como destaque a Tenente Coronel Christiane Wildt

Cavalcante Viana, a primeira mulher a alcançar a primeira patente mais alta na hierarquia da Polícia Militar do Estado (OLIVEIRA, 2011).

Wildt é natural de João Pessoa e ingressou na Polícia Militar em 1987 no Estado de Minas Gerais no Centro de Formação de Oficiais. Passou pelos postos de aspirante, 2º tenente, 1º tenente, capitã, major, tenente coronel e em 2004 por mérito recebeu promoção para coronel.

As promoções nos quadros de Oficiais da Polícia Militar são decorrentes do tempo de serviço ou pelo merecimento intelectual dentro da corporação. Mesmo que haja uma disparidade muito grande entre o efetivo feminino e masculino no corpo de oficiais, os critérios para receber uma promoção atende os mesmos padrões.

Através da Lei nº 3.908, de 14 de julho de 1977, as promoções são assim estabelecidas:

Art. 10 – As promoções são efetuadas:

- a) para as vagas de oficiais subalternos e intermediários, pelo critério de antiguidade;
- b) para as vagas de oficiais superiores, no posto de Major PM e Ten. Cel. PM pelos critérios de antiguidade e merecimento, de acordo com a proporcionalidade entre elas estabelecida na regulamentação da presente Lei;
- c) para as vagas de Coronel PM, somente pelo critério de merecimento.

Parágrafo Único – Quando o Oficial PM concorrer à promoção por ambos os critérios, o preenchimento da vaga de antiguidade poderá ser feito pelo critério de merecimento, sem prejuízo do cômputo das futuras quotas de merecimento.

As promoções assim como citado anteriormente ocorrem através dos mesmos critérios tanto para os Oficiais do sexo masculino, quanto feminino, sendo importante destacar que estas estão passíveis de mudanças, pois a quantidade de promoções estabelecidas por cada ano pode haver alterações tendo em vista as necessidades estabelecidas pelo Estado.

## 2.2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR NA PARAÍBA

A Polícia Militar da Paraíba foi criada em 3 de fevereiro de 1832, ainda no período do império. Esta se constitui hoje como o órgão público mais antigo em atividade no Estado da Paraíba.

Durante todos esses anos de existência, a Polícia Militar participou de forma efetiva de diversos momentos históricos da história do Brasil e da Paraíba. Foram acontecimentos em que a corporação foi destinada a ações típicas de tropa de Exército, como: Combate a

Revolução Praieira, O Ronco da Abelha, A Guerra do Paraguai, A Revolta de Quebra-Quilo, Movimento de Princesa, A Revolução Paulista entre outros. (LIMA, 2013).

Apenas em 1985, 153 anos depois de sua criação foi que a Polícia Militar permitiu o ingresso das mulheres em seu efetivo. A partir da Lei estadual número 4.803, de 20 de dezembro de 1985 aprovada pelo Governador Wilson Leite Braga, que permitiu ao poder Executivo dar origem a uma Companhia de Polícia Militar exclusiva para as mulheres. (NETO, 2016).

A incorporação destas mulheres na Polícia Militar ocorreu sob o comando do Coronel Benedito de Lima Junior, e suas condições de trabalho assim assegurados pela lei passavam a ser em condições iguais ao sexo masculino, sendo regidos pelos mesmos direitos e obrigações. (LEAL; FRANÇA, 2014).

Estas atribuições de igualdade são ressaltadas pela simples ordem que sempre esteve atribuída as mulheres, restringindo seus direitos e inferiorizando sua figura. Mesmo assim a cultura machista que sempre esteve presente na Polícia Militar prejudicou em alguns aspectos direta ou indiretamente as mulheres que ali se inseriram.

A cultura tradicional do policiamento é movida pela masculinidade, assim, o tratamento para a inserção de mulheres nos quadros das polícias, tem seus avanços, mas ainda ocorre de uma forma muito limitada, considerando a existência, no interior das forças de segurança pública, de uma estrutura verticalizada, pautada numa hierarquia de poder com meios e modos próprios de definir estratégias e mediar relações poder e mando (LOPES; BRASIL, 2010, p.1).

No ano de 1986, foram instituídos os primeiros concursos para os níveis de Oficiais e Praça, especificamente para Sargentos, na corporação, com a estimativa de 3 vagas para cada nível. O concurso foi realizado pela Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Estado, porém as candidatas aprovadas tiveram seus cursos de formação fora do Estado da Paraíba. (LEAL; FRANÇA, 2014).

Assim, a figura feminina começou a integrar o corpo de Segurança Pública da Paraíba, conquistando mais um espaço, anteriormente tido como impossível e improvável devido suas fragilidades. Atualmente o percentual de mulheres no efetivo da Polícia Militar ainda é bem inferior ao masculino, o que se faz necessário uma reavaliação do por que ainda existe esta desigualdade tão explícita em detrimento do gênero dos indivíduos, se as mulheres que ali se inseriram já provaram serem capazes de realizar as mesmas funções que os homens.

### 2.3 TEORIA DE GÊNERO: SUPORTE PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR

Falar sobre gênero em dias atuais vem causando muitos questionamentos e interpretações errôneas sobre o tema. A análise sobre gênero está constituída sob vários conceitos. Para Santos (2007) este diz respeito a uma construção social que torna desiguais homens e mulheres. Assim sendo, o gênero representa à oposição biológica vinculada a diferença sexual entre o sexo masculino e o feminino. Para Teles (2017), a palavra gênero é usado pelas feministas para determinar que este não é resultado apenas da construção biológica do feminino e masculino, e sim das relações culturalmente e socialmente construídas.

Segundo Souza (2009), atualmente, o gênero é uma categoria amplamente usada no campo das Ciências Humanas e Sociais para refletir as representações desenvolvidas baseadas nas relações entre o masculino e o feminino.

O conceito de gênero é uma construção social que está ligada ao cotidiano dos indivíduos. Antes mesmo de nascer na sua gestação já se criam expectativas sobre sua vida, sua presumida virilidade ou fragilidade são construídas previamente no imaginário social de sua família tendo sobre sua vida um peso na hora de suas escolhas, ou seja, criamos diferenças entre meninas e meninos, entre mulheres e homens, diferenças essas que não são naturais ou biológicas, mas sim construções sociais.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 1997, p. 21).

As características biológicas, não podem ser inteiramente uma explicação determinista sobre o gênero, pois o que é atribuído a natureza feminina, como a fragilidade, os afazeres domésticos, a maternidade, e sobre a natureza dos homens a força, o comando da família, a virilidade fazem essa naturalização da condição humana ser um processo de legitimação da reprodução das desigualdades sociais. (SANTOS, 2007).

Estas desigualdades sociais, sobretudo pela distinção de sexo são claras no nosso cotidiano, as relações sociais que sempre foram estabelecidas desfavorecendo a figura feminina e ainda hoje são evidentes, pois em grande parte das profissões as mulheres não dispõem de acesso igualitário ao trabalho, e também não recebem salários iguais aos homens. A questão da desigualdade de gênero é tão importante que o Banco Mundial mantém um ranking da Igualdade de Gênero como forma de indicar o desenvolvimento de um país. Neste índice são considerados fatores como Saúde, Escolaridade, Emprego e Participação Política da mulher.

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997, p. 22).

A mulher que através de lutas conseguiu adentrarem todos os espaços exclusivos para o homem, ainda sofre com a desigualdade estabelecida entre os gêneros. Por sua vez, esta desigualdade que foi constituída por bases patriarcais, alicerça-se na justificativa da natureza biológica como elemento de desigualdade entre os gêneros. Desta forma, a diferença biológica é transformada em mecanismo de desigualdade.

(...) a natureza sempre foi utilizada como uma desculpa, ou uma vantajosa saída, para a explicação e legitimação das desigualdades entre os sexos. Fechando os olhos para a construção social da desigualdade, e também da igualdade, o mundo impôs às mulheres durante séculos a invisibilidade. Porém, mesmo com o avançar da emancipação feminina, no trabalho, casa ou escola, a discriminação e o acesso desigual ao que realmente é dado valor na sociedade contemporânea está longe de acabar. (SANTOS, 2007, p. 126).

Diversas vezes é possível identificar que as condições impostas para as mulheres e os homens não lhes deixam satisfeitos, mas, devido às imposições do meio social, e pelo medo de discriminações e preconceitos ambos acabam fazendo e reproduzindo o mesmo paradigma. Filho (2004) ainda destaca que não são somente as mulheres que são orientadas a serem femininas e submissas, os homens também são policiados em função de sua masculinidade.

Os valores morais segundo Oliveira (2011) que foram atribuídos às mulheres durante tanto tempo causaram, para estas, uma dificuldade na luta pelo direito de igualdade. Além de que as diferenças estabelecidas para os sexos terem contribuído muito para a desigualdade do poder e gerado imensas discriminações.

(...) todas as “limitações” femininas que faziam das mulheres mais fracas ou menos aptas a determinadas atividades do que os homens são construções da sociedade a fim de nos diferenciarmos. Diferenciar, fundamentalmente, os que têm acesso aos bens ou recursos simbólicos ou economicamente escassos, e por isso, mais valiosos, dos que não têm esse acesso. (SANTOS, 2007, p. 117).

Diante dos estudos de Feitosa (2010), Nascimento (2013) e Oliveira (2011), trabalhar a inserção feminina na polícia militar é uma questão de gênero e relação de poder. “Pensar em gênero significa pensar nas desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, desigualdades que foram construídas historicamente a partir das diferenças entre os sexos” (OLIVEIRA, 2011, p. 7). Porém estas diferenças não se restringem apenas a força física e biológica, e é diante da convivência entre homens e mulheres, no dia a dia, nos ambientes de trabalho que segundo Feitosa (2010) as relações de poder se estabelecem, e tornam-se públicas.

(...) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989, p.21).

Estas relações de poder segundo Capelle e Melo (2010) ainda podem ser utilizadas para nortear as relações de gênero e disputas sociais a elas relacionadas. Sendo possível compreender as técnicas utilizadas pelos homens e mulheres para conviverem e frequentarem determinados espaços sociais, além de combater a visão fixa da mulher submissa ao homem.

A desigualdade de gênero encontra-se inscrita nas propriedades específicas das instituições e das estruturas sociais. O Estado, como instituição de importância destacada na sociedade brasileira, deve promover para mulheres e homens acesso igualitário aos meios sociais para uma boa vida, bem como deve criar mecanismos para o alcance da justiça política, de modo que todos possam ter acesso aos mecanismos de exercício do poder e contribuir para o controle coletivo das circunstâncias e das decisões. Este é um princípio da igualdade política e do empoderamento democrático coletivo. (SANTOS, 2007, p. 126).

Mas mesmo diante de nossa constituição onde assegura direito de igualdade entre ambos os gêneros, esta não é propriamente uma lei que vigore plenamente diante de nossa formação cultural. Para Santos (2007) a cultura organizacional é predominantemente machista o que a torna um potencial instrumento pela qual se consolida o conjunto de valores

sustentadores do modelo hegemônico dominante. A construção que se estabeleceu de serem algumas profissões destinadas apenas para os homens e umas funções apenas para mulheres fez com que se constituísse um cenário em que quando uma das partes tenta romperem este elo sofre discriminações e um amplo preconceito diante de seu meio social.

A participação da mulher na polícia representa a ascensão em uma profissão com ideologias machistas esperamos que as mudanças em curso ultrapassem valores conservadores e discriminatórios, reconhecendo o espaço que a mulher conquistou no mercado de trabalho através da sua competência, responsabilidade, inteligência, dedicação e luta (OLIVEIRA, 2011, p. 22).

O que se configura hoje como uma liberação para os gêneros, e a emancipação do homem e da mulher segundo Filho (2004, p. 140) seria simplesmente liberar alguns aspectos masculinos da personalidade das mulheres (trabalho, produção científica, competição, esportes) e alguns (mas nunca todos) femininos da personalidade do homem (afeto, paternidade responsável, cuidados da casa, beleza).

(...) igualdade entre homens e mulheres, deve-se ter por base a idade contemporânea, pois seria inócuo falar sobre direitos das mulheres em épocas mais remotas, como a idade antiga e a idade média, onde as mulheres eram tratadas apenas como objeto do prazer, da vaidade ou da ostentação masculina, conforme as peculiaridades de cada realidade cultural existente na época. (NETO, 2016, p. 32).

As mulheres atualmente, assim como as mulheres no passado ainda são alvos de discriminações de gênero, raciais e culturais em seus locais de trabalho. Segundo Feitosa (2010) isto está refletido nas diferenças salariais, nos postos ocupados, e por vezes nos assédios morais e sexuais sofridos por elas.

Para Nascimento (2013) é possível supor-se que apesar das mulheres demonstrarem certo avanço em relação à superação das dicotomias e desigualdade de gênero, isto ainda não está totalmente superado entre elas. Porém é inegável o progresso que elas passaram desde os tempos mais remotos até os dias atuais, mesmo que ainda sejam necessário alguns ajustes e modificações no mercado de trabalho como: o reconhecimento do trabalho feminino, salários igualitários para ambos os sexos, a mesma quantidade de vagas nos concursos públicos para a profissão (pois o número de vagas destinadas para o público feminino é completamente inferior as vagas masculinas), entre outras questões que fazem com que as mulheres sejam inferiorizadas diante do público masculino.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, com utilização de técnica de questionário para coleta de dados e método de Análise de Discurso ancorado em Foucault para compreensão do fenômeno estudado.

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um discurso.. Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. (FOUCAULT, 1979 *apud* FISCHER, 2001).

A metodologia utilizada para este procedimento condiz com a pesquisa qualitativa, pelo interesse de uma busca aprofundada, uma investigação ou indagação minuciosa sobre como ocorreu à inserção das mulheres neste meio, e como sua representação está definida em um ambiente que durante tanto tempo foi predominante ocupada apenas pelo sexo masculino.

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada (GODOY, 1995, p. 62).

A totalidade do indivíduo como objeto de estudo é essencial para a pesquisa qualitativa, o envolvimento entre pesquisador e objeto estudado possibilita uma compreensão mais completa e eficaz, possibilitando interpretações de várias formas, sendo estas através das respostas, expressões, entre outros aspectos. São levados em conta neste processo mais explicitamente os valores e atributos do objeto em questão, com maior detalhamento dos pressupostos teóricos subjacentes, bem como do contexto da pesquisa.

Em virtude de conhecer melhor o objeto de estudo, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em detrimento de analisar os estudos acerca do assunto, no intuito de auxiliar na construção do instrumento de coleta de dados e situar este trabalho na perspectiva dos demais trabalhos desenvolvidos pelas Ciências Sociais. Assim, foi possível apreender o Estado da Arte da temática abordada, especialmente sobre as análises de Soares e Musumeci (2005), Feitosa (2010), Souza (2009), Nascimento (2013), Calazans (2003), Neto (2016), entre outros.

O método de pesquisa considerado adequado para o desenvolvimento da investigação qualitativa foi a Análise de Discurso, pois esse tipo de estudo consegue evidenciar questões já formuladas, e apurar experiências marcantes, positivas e negativas que estas mulheres policiais já passaram.

(...) o surgimento da Análise do Discurso se caracteriza não só por uma reorientação teórica da relação entre o lingüístico e o extralingüístico, como também por uma mudança da postura do observador em face do objeto de pesquisa. A linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do lingüístico e os do extralingüístico. A linguagem não se dissocia da interação social. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 318).

Diante do diálogo com as entrevistadas foi possível apontar o percurso da carreira militar destas mulheres, sobretudo os obstáculos e as conquistas por elas enfrentados. Suas explicações e expressões foram significativas para a construção desta pesquisa. “Segundo a Análise do Discurso, cabe ao linguista, no entendimento da linguagem como forma de intervenção, a construção de saberes sobre o real, algo que exige o diálogo com outras perspectivas e configura uma iniciativa interdisciplinar”. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 319).

Assim sendo, o contato entre a amostra entrevistada e o pesquisador possibilitou mais facilmente compreender o objetivo do estudo e chegar a conclusões concretas sobre a temática.

### 3.1 LOCAL DO ESTUDO

A pesquisa elaborada sobre a participação feminina na Polícia Militar da Paraíba foi realizada com integrantes de três batalhões, sendo estes:

- 1º Batalhão de Polícia Militar localizado na cidade de João Pessoa;
- 2º Batalhão de Polícia Militar localizado em Campina Grande;
- 11º Batalhão de Polícia Militar localizado na cidade de Monteiro.

Das doze participantes da pesquisa duas foram concebidas na residência das entrevistadas, duas foram coletadas via aplicativo de mensagem (WhatsApp) e oito foram realizadas no 2º Batalhão localizado em Campina Grande.

### 3.2 COLETA DE DADOS

Na coleta de dados, foram realizadas 17 perguntas abertas com o propósito de coletar os principais elementos sobre a vida da mulher enquanto policial, como, idade, tempo de serviço, setor de trabalho, motivos de ter escolhido a profissão, o sentimento atribuído a sua carreira, relações de gênero dentro da corporação, e também algumas questões específicas como a preferência pelo local de trabalho.

A proposta inicial para pesquisa era a realização de entrevistas abertas semiestruturadas, que possibilitassem uma abordagem mais aprofundada sobre sua vida como Policial Militar, como estava situada dentro desta corporação, assim como seus obstáculos, anseios e desejos e, sobretudo sua visão diante da sua realidade. Porém isto não foi possível, devido à grande rejeição em gravar suas respostas, mesmo sendo orientadas que estas gravações não seriam publicadas e repassadas para ninguém, às mesmas ignoraram e atribuíram a justificativa que se o áudio chegasse a outras mãos poderiam ser comprometidas e punidas pelas informações.

Assim, a técnica de entrevista foi substituída pela técnica de questionário estruturado e foi realizado com uma integrante por vez, visto que as demais trabalham em batalhões diferentes e algumas moram em cidades diferentes, e também com a pretensão de que cada entrevista ocorresse em um processo mais demorado, com uma interação dinâmica entre pesquisador e entrevistado, para que cada uma pudesse falar com clareza e a vontade sobre sua experiência como policial militar em seu cotidiano e, sobretudo esclarecer qual discurso utilizado pelos integrantes que possuem o gênero oposto aos seus, no seu trabalho.

A realização da aplicação dos questionários nos diversos efetivos foi de extrema importância e essencialmente uma experiência única, de acordo com os objetivos atribuídos para coleta de dados. Neste processo, com o consentimento das policiais e também dos comandantes dos batalhões tive privacidade para conversar sozinha e individualmente com a maioria das policiais entrevistadas, exceto duas que me concederam as respostas do questionário via aplicativo de mensagens (WhatsApp).

A aplicação do questionário presencial ocorre da seguinte forma: a pesquisadora perguntava e a entrevistada respondia e a pesquisadora anotava as respostas no questionários, haja vista, como já mencionado anteriormente, as entrevistadas não aceitaram gravar as respostas em aparelho de gravação de voz.

De início foi um pouco difícil conseguir realizar os questionários pessoalmente com as entrevistadas. Ao demonstrar minha proposta de estudo, sentia por parte de algumas um

sentimento de medo e rejeição em expor suas opiniões e também sua vida cotidiana, mas aos poucos foram perdendo o receio e se envolvendo com a pesquisa.

Os primeiros questionários foram aplicados no turno da tarde, porém a maioria do efetivo feminino já havia saído. Na semana posterior não foi possível voltar ao mesmo batalhão, então consegui consentimento de ir a outro, e também colher alguns depoimentos de policiais que não estavam de serviço. Aos poucos obtive participantes suficientes para realizar a pesquisa em que a coleta de dados teve duração média de três meses, realizando-se no período de abril a junho de 2018.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra quantitativa definida por esta pesquisa teve um total de doze mulheres, com faixa etária de 32 a 51 anos de idade, com um tempo de serviço dentro da corporação variável entre 6 a 28 anos.

Em relação ao estado civil das entrevistadas, 11 destas são casadas e apenas uma é solteira. Suas posições hierárquicas correspondem a quatro soldados, três cabos, quatro sargentos e uma tenente. Esta hierarquia assim como expõe Oliveira (2011) está distinguida da seguinte maneira; aos postos de oficiais: o superior correspondente ao posto de Coronel, seguido pelo Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente. E para as praças os postos de graduação se distinguem pelo posto superior de Subtenente, seguidos pelo de 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

De acordo com cada patente prevalece a hierarquia, o comando de uma patente sobre a outra, ou seja, os que possuem uma posição hierárquica superior exercem o comando pelos que possui um grau inferior, ditando para estes como devem agir nas determinadas missões.

### 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Este trabalho foi elaborado por meio de um questionário semi-estruturado, em que as participantes da pesquisa foram exploradas a partir de questão que envolvem seu espaço e sua experiência dentro da Polícia Militar. As indagações sobre a participação da mulher nesta corporação foram apresentadas como categoria de análise.

Considerando que a figura feminina já faz parte de todas as profissões que tinham sua presença restrita, buscamos analisar como está ocorrendo o cumprimento de suas funções e a aceitação dentro da Polícia Militar. Além disso, a partir de seus discursos tentamos

compreender os desafios que enfrentaram até os dias atuais e identificar se está havendo investimentos para tentar chegar a uma igualdade para os gêneros opostos.

Para realização deste estudo foi analisado as lutas destas mulheres por épocas distintas, assim como seus avanços, e também as conquistas que ainda estão por vir.

Em virtude de resguardar o anonimato da identidade das participantes da pesquisa, seus nomes foram suprimidos, constando apenas sua idade e tempo de serviço dentro da Polícia Militar.

Os discursos das participantes foram de extrema importância para tratar uma variação de questões de forma mais complexas, porém a sua análise não constitui algo simples ou fácil de identificar. De acordo com Foucault (1986) para compreender os discursos é preciso primeiramente descartar as explicações homogêneas, de fáceis explicações, e trabalhar o próprio discurso, permitindo assim mostra-se em sua complexidade do que lhe é característico. O primeiro passo para isto é tentar parar de enxergar o discurso como um conjunto de signos com suas características já formuladas.

(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1979 *apud*, FISCHER, 2001, p. 199).

Quando analisamos um discurso, mesmo que este seja de uma única pessoa, de um ato individual, não podemos considerar que esta seja uma manifestação de um sujeito, pois através de si estão várias representações sociais construídas ao longo do tempo. Logo:

(...) não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1979 *apud* FISCHER, 2001, p. 210)

Assim a análise desenvolvida a partir do discurso do corpo entrevistado possibilitou realizar uma visão do contexto por trás de cada fala estabelecida e compreender as relações que ali se estabeleceram, dando condições para realização deste estudo.

### 3.5 POSICIONAMENTO ÉTICO DA PESQUISA

As Ciências Sociais não tem uma legislação específica sobre os procedimentos éticos quando realizadas pesquisas que envolvem seres humanos. No entanto, a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde estabelece diretrizes para as pesquisas que realizam pesquisa com seres humanos em todas as áreas.

Assim, esta pesquisa seguiu o que indica a supracitada Resolução, sobretudo no que diz respeito ao anonimato das participantes e quanto a divulgação dos dados apenas para fins científicos. Com relação à assegurar o direito das participantes estas, após concordarem com a realização da pesquisa, admitiram de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o comandante do Batalhão que as entrevistadas pertencem, e para todas participantes, garantindo o sigilo das suas identidades e sua divulgação unicamente sob parâmetros científicos dos dados da pesquisa, sem fins lucrativos;

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1985 foi estabelecida a primeira lei que assegurava o direito da inserção de mulheres na Polícia Militar da Paraíba, estabeleceu-se uma faixa etária entre 18 e 25 anos de idade para o ingresso. Em 2004 houve uma mudança, com a Lei Estadual Nº 7.605/2004, que aumentou a idade máxima, e passou a ser estabelecida a faixa etária de 18 a 30 anos de idade. (NETO, 2016).

Mesmo diante desta lei a inserção feminina neste meio não foi uma tarefa fácil para as mulheres que almejavam este cargo. Os dados obtidos nesta pesquisa apontaram para o fato de que, inicialmente, estas mulheres não possuíam nem desejo e nem tinham perspectivas para adentrar na Polícia Militar. Assim, nenhuma das participantes da pesquisa aspirava esta profissão.

Dentre as doze participantes, três aspiravam trabalhar ou já haviam trabalhado na área da saúde; quatro estudavam ou trabalhavam na área da educação; duas eram mães e donas de casa, não estando exercendo nenhuma outra profissão, duas trabalhava no comércio e uma estava cursando nível superior. Todas fizeram o concurso da Polícia Militar em busca de uma estabilidade financeira, pois assim esclareceram que precisavam de um emprego e dinheiro para sua subsistência, e o concurso da Polícia foi o primeiro a surgir, então elas concorreram às vagas.

Diante desta realidade é que Souza (2009) identifica a necessidade em se criar políticas públicas, com o propósito de valorizar a profissão de policial e lhe transformar em uma opção atraente de emprego, para que esta não seja alvo apenas pela necessidade de estabilidade financeira, ou ausência de outra profissão.

Podemos identificar claramente uma mostra dessa realidade na fala de algumas das entrevistadas:

*“Eu fazia bico, não tinha uma profissão definida. Era dona de casa e estudava, por que havia me atrasado por causa dos meus pais que não queriam muito que eu estudasse. O primeiro concurso para a Polícia com vagas para as mulheres eu queria fazer, só que meu esposo me convenceu a não fazer, devido orientações dos amigos, por causa do machismo. Diziam que mulher na polícia não dava certo. Mas eu queria e precisava de um emprego para ajudar em casa” (51 anos, 27 anos de Polícia Militar).*

E ainda:

*“Antes de adentrar para a polícia militar já era casada e tinha um filho, estava acabando de me formar no curso de licenciatura em Matemática e no momento não estava trabalhando. Então foi o primeiro concurso que surgiu” (37 anos, 7 anos de Polícia Militar).*

*“Eu era dona de casa e cuidava dos filhos, foi um marco oposto as mulheres da época ao entrar na PM”. (49 anos, 28anos de Polícia Militar).*

Ao serem questionadas se houve alguém que lhes apoiou nesta iniciativa, oito destas mulheres afirmaram ter recebido incentivo de alguém, entre estes seus maridos ou pais que já atuavam profissionalmente nesta área. Já quatro das quais não obtiveram este incentivo, ressaltaram que suas famílias não viam esta profissão apropriada para as mulheres e que são as únicas polícias da família, sofrendo inicialmente um preconceito dos seus próprios familiares.

O preconceito que as policiais sofrem pela sua opção profissional precede ao seu ingresso na Polícia Militar, e se revela sob várias facetas, ele perpassa pelas relações com familiares, vizinhos, cônjuge e com parte dos policiais masculinos, que dentro do seu desconhecimento do que é a profissão policial militar acreditar ser seu exercício viável apenas ao sexo masculino ou ainda está ligado a imagem de truculência que a polícia adquiriu no regime militar. (FEITOSA, 2010, p. 51).

Profissões que sempre foram ocupadas apenas pelo gênero masculino, causaram um forte estranhamento para nossa sociedade, pois durante muito tempo foi marcada por um sistema patriarcal, onde o homem era o detentor do poder e a mulher sua submissa, assim em hipótese alguma esta poderia ser considerada com direitos iguais aos dos homens.

A entrada de mulheres nos ambientes de trabalho antes configurados como espaços masculinos ou “lugares de homens”, não ocorreu de forma amistosa, como já foi dito anteriormente, ao contrário, casou resistências por parte de alguns homens que ali já se encontravam. Mas, em algumas áreas podemos considerar que essas resistências foram maiores como no caso da Polícia Militar. (FEITOSA, 2010, p. 25).

Para Santos (2007) a racionalidade moderna, juntamente aos movimentos feministas conseguiu inserir a mulher no âmbito político e, sobretudo na esfera pública, tornando-a livre da sua vida exclusivamente doméstica privada. O trabalho feminino mesmo considerado biologicamente inferior, quanto ao aspecto da força física, que o masculino ganhou espaço e tornou-se tão importante quanto o mesmo, sobretudo com o advento da tecnologia e da ciência nas práticas policiais.

Para sua formação enquanto policial algo relevante questionado foi como ocorreu o curso de formação para as respectivas policiais mulheres e quais suas avaliações diante do mesmo? Das doze participantes houve distintas avaliações, como ilustra a tabela a seguir:

**Tabela 01 - Avaliação do Curso de Formação**

OPINIÃO	Nº	%
Bom/ Fundamental	08	67
Muito exigido fisicamente	02	17
Faltou exigência intelectual	01	8
Extremamente difícil	01	8
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, (2018).

Diante das informações esclarecidas na tabela anterior podemos certificar que 67% avaliaram seu curso de formação como bom, que contribuiriam para o que são hoje e que foi apropriado por ser exigido demais nesta profissão. 17% consideraram que foi muito exigido fisicamente; 8% salientaram ter sentido falta de uma exigência maior na formação intelectual e 8% relatou que foi algo nunca vivido, muito difícil.

*“É no curso de formação que o então “civil” passa a ter o primeiro contato com a vida militar. Passamos por um período de adaptação onde são nos passado conceitos sobre hierarquia e disciplina, necessários tanto para a vida na caserna quanto na atividade de rua. O curso de formação também nos proporcionou o aprendizado de conceitos teóricos e práticos necessários para a atividade policial. Ao longo do curso eram ministradas aulas práticas com simulações de ocorrências policiais, treinamento de tiro, defesa pessoal, dentre outras disciplinas. O meu curso de formação teve uma duração mais extensa dos que os dos anos anteriores. A turma do concurso anterior ao meu passou por uma formação rápida, de 5 meses, a minha foram 8 meses. Nesse período tivemos a oportunidade de realizar policiamento de rua, ainda como alunos-soldados, monitorados por policiais com experiência, o que foi importante para nossa formação. No entanto, só nos tornamos preparados para o serviço com a prática e vivenciando o dia-a-dia da profissão. Então, diante destes aspectos, a avaliação que eu faço sobre o curso de formação ao qual eu passei (não posso generalizar com os demais, pois não os vivenciei) é de que foi um curso que nos deu a base inicial para a vida policial militar”. (35 anos, 13 anos de Polícia Militar).*

*“De uma forma geral o curso de formação foi proveitoso, pois fez com que o futuro policial tomasse conhecimento das áreas de atuação de sua prática*

*no dia-a-dia. Porém achei o período de duração muito longo”. (37anos, 7anos de Polícia Militar).*

*“O curso é o que faz com que o militar comece a sentir o peso de usar a farda. Ele deve trazer conhecimento e melhorar a condição física do militar, preparando-o para os serviços. Creio que atualmente, o curso tem cumprido o critério conhecimento, mas tem deixado a desejar a parte física”. (37 anos, 15 anos de Polícia Militar).*

O curso de formação, assim como esclarecido por uma das entrevistadas anteriormente, é um momento crucial na vida destas mulheres, é a partir de então que a mulher assume uma identidade de acordo com sua profissão, passando não apenas na corporação ser identificada como tal, mas em todos os momentos de sua vida. Diante dos discursos apresentados é possível notar a responsabilidade que esta profissão exige assim como os cuidados na sua vida cotidiana.

Outro tema bastante discutido ao responderem esta questão, foi sobre as mudanças que estão havendo nos cursos de formação atualmente, pois em diversas falas encontram-se algumas críticas aos Direitos Humanos, em que segundo as policiais o curso está sendo menos puxado devido às leis impostas por estes.

*“Foi bom. Mas nos próximos, depois dos direitos humanos tiraram muito da hierarquia e disciplina”. (36 anos, 7anos de Polícia Militar).*

Ainda sobre a formação foi questionado as participantes da pesquisa se houve durante o curso distinção de espaços como alojamentos e banheiros de acordo com o sexo feminino e masculino? Dentre as pioneiras até as mais novatas das entrevistadas afirmaram terem tido uma receptividade e compreensão neste sentido, pois haviam alojamentos e banheiros separados para ambos os sexos. Dentre as participantes da pesquisa uma das entrevistadas com mais tempo de serviço ainda me informou que em sua formação houve uma tentativa de se fazer o curso separado dos homens:

*“No meu curso criaram uma companhia feminina, para que houvesse a formação separada dos homens, mas isso não deu muito certo e logo acabaram com esta” (51 anos, 27 anos de Policia Militar).*

Ao compreender como ocorreu o processo de formação das mulheres enquanto policiais foi explorado como está sendo aceito a inserção feminina neste meio, questionando

as entrevistadas se estas sofrem ou já sofreram algum tipo de rejeição do gênero masculino no devir de suas funções.

**Gráfico 01-** Identificação de percentual de rejeição do gênero masculino sobre o feminino na Polícia Militar, segundo dados da pesquisa.



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, (2018).

Como demonstra o gráfico anterior quarenta e dois por cento (42%) das entrevistadas responderam que sim, e cinquenta e oito (58%) por cento responderam que não. A maioria das participantes que possuem menos tempo de trabalho relata acreditar que os policiais masculinos foram se acostumando em trabalhar com as mulheres. Mas, este esclarecimento me despertou uma reflexão. Será que realmente esta é uma questão já superada neste meio, ou se as mesmas se sentem coagidas em responderem e serem comprometidas por sua resposta?

Dentre algumas falas é possível apontar que o policial do sexo masculino enxerga a mulher por vezes como incapazes de realizar as atividades com a mesma competência que os mesmos, segundo a visão das mulheres pesquisadas sobre o assunto. E que essa indiferença por vezes desperta na mulher um incentivo em querer mostrar que ela realmente é capaz. Isto pode ser esclarecido na fala a seguir das policiais sobre o preconceito por parte do sexo oposto:

*“Com certeza. “Principalmente quando fui ser motorista. Por que foi assim, ao pedir transferência para outro batalhão, lá só havia duas mulheres, e uma destas era eu, então não trabalhávamos na rua. E como eu gosto de trabalhar na rua eu insistir muito, para que o comandante permitisse daí*

*quando eu consegui falei que queria ser motorista, e isto causou uma rejeição e eu sentia que eles achavam que eu não ia conseguir, havia sempre uma cobrança a mais, só que eu consegui. E eu sempre sentia que eles duvidavam de mim, daí eu sempre falava a algum que viesse me desafiar que eu era mais homem do que ele”. (36 anos, 7 anos de Polícia Militar).*

E ainda:

*“Sempre, até hoje homem não quer mulher na polícia”. (51 anos, 28 anos de Polícia Militar).*

*“Sim, com certeza. Eles nunca confiam muito na gente, acham que somos sexo frágil”. (36 anos, 11 anos de Polícia Militar).*

*Feminino sempre há uma rejeição, acham que agente não da conta. Não há reconhecimento”. (36 anos, 6 anos de Polícia Militar).*

*“Não. Mas às vezes agente sente que eles achavam que por sermos mulheres agente não tinha capacidade para resolver alguns problemas de violência”. (51 anos, 27 anos de Polícia Militar).*

*“Sim, com certeza. Eles nunca confiam muito na gente, acham que somos sexo frágil”. (36 anos, 11 anos de Polícia Militar).*

Em relação a sua atuação, se estas mulheres já trabalharam no ostensivo, e qual sua preferência entre este e o burocrático todas as doze entrevistadas afirmaram terem trabalhado na rua. Pois mesmo que algumas tenham trabalhando pouco na função ostensiva (atividade fim) é sempre determinado no início de sua formação que as mesmas cumpram determinações no serviço de rua.

**Gráfico 02-** Identificação da preferência das mulheres policiais em relação do trabalho ostensivo e burocrático



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, (2018).

Apenas 17% afirmaram preferir exercer a função ativa na rua; 66% preferem exercer sua função na parte burocrática e 17% responderam que os dois tipos de serviço são bons. Logo algumas das entrevistadas relataram que enquanto praças não têm este direito de escolha. Outras que trabalham na parte burocrática salientaram estar ali por problemas de saúde; outras preferem esta função por estarem menos expostas às ações perigosas.

As mulheres enquanto policiais afirmaram que trabalhar na rua não é ruim, mas uma das questões mais levantadas nas suas respostas é que é muito difícil hoje se expor, colocar sua vidas em risco, para no dia seguinte os delinquentes estarem soltos, pois segundo as mesmas, as leis que regem nossa constituição são arcaicas, tendo em vista a constituição que vigora ser de 1988.

Sobre este assunto, não foi possível nesta pesquisa estabelecer um percentual de diferenciação entre a escolha de homens e mulheres pelo serviço burocrático. O que as mulheres entrevistadas apontam é uma preocupação com sua segurança. Numa pesquisa mais abrangente e posterior poderia ser inferido esta hipótese, qual o percentual de homens que preferem o trabalho burocrático ao policiamento ostensivo.

Também podemos inferir que ao longo do tempo houve modificações na concepção do que é o trabalho policial. O mesmo já não se restringe a policiamento ostensivo e ao uso da força física ou bélica, mas a noção de que a força policial é parte do sistema de garantia de direitos e que, como tal, se insere comunitariamente na sociedade desenvolvendo outras ações e estratégias. Para tal basta observar a denominação dada a Secretaria Estadual a qual a

Polícia Militar está vinculada, Secretaria do Estado da Segurança e Defesa Social, anteriormente era denominada Secretaria de Segurança Pública.

A atuação da Polícia Militar dentro da perspectiva da Polícia Cidadã pode ser visualizada em vários estudos da área como em Skolnick e Bailey (2002); Marcineiro e Pacheco (2005); Rique e Lima (2003). Além de trabalhos acadêmicos elaborados por policiais militares do estado da Paraíba em curso de formação ou titulação como é o caso da tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, do autor Fábio G. França, intitulada “Sob a aparência da ordem: sociabilidade e relações de poder na implantação da polícia solidária em João Pessoa-PB”, ou mesmo a Monografia apresentada no Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba, em 2011. Por Maria José N. Oliveira, intitulada “A inserção da mulher na polícia militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB”.

Diante da questão explorada sobre se há obstáculos em exercer a profissão de policial militar, apenas duas das entrevistadas falaram que não, enquanto as outras dez responderam que sim e justificaram esta afirmação. Dentre estas dificuldades foram destaques:

1. A disparidade de vagas por gênero;
2. O descaso do Estado com capacitações;
3. O efetivo reduzido;
4. A falta de reconhecimento do valor da mulher dentro da corporação etc.

Diante dos dados apresentados podemos apontar que muitos dos aspectos apontados como dificuldades sofridas pelas mulheres também se referem aos homens, ou melhor, se referem a condição que a Segurança Pública está sujeita no país como um todo, especialmente com a redução dos investimentos em Segurança Pública, Saúde e Educação por 20 anos, como estabelece a PEC 55/2016 que congelou os investimentos públicos nestas áreas.

Expressão da ausência de uma cultura que valorize a informação é o próprio fato de grande parte das polícias militares brasileiras ter incorporado mulheres aos seus quadros há mais de vinte anos e até hoje não organizar suas bases de dados considerando a variável de gênero. A escassez de informações específicas sobre as mulheres policiais é reveladora de um fato ainda mais grave, evidenciado pela pesquisa qualitativa, que é a ausência de um planejamento racional de incorporação de mulheres e de qualquer perspectiva de avaliação da experiência de absorção do contingente feminino (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 148).

Assim como destaca Neto (2016) os direitos adquiridos pelas mulheres a liberdade, igualdade e fraternidade não foram conquistados de forma fácil e sim por meio de um longo processo revolucionário.

Ao serem questionadas sobre assédio sexual para as entrevistadas causou inicialmente em sua maioria uma grande repulsa, onde algumas falavam que isto era algo comprometedor em se responder, mas posteriormente obtive a resposta e até alguns depoimentos sobre esta questão. Em grau de porcentagem 42% dentre as entrevistadas responderam nunca haverem sofrido assédio dentro da instituição, enquanto as outras 58% afirmaram terem sofrido principalmente assim que foram inseridas. Ainda houve em alguns relatos que hoje isto é um fator mais tranquilo, mas que já souberam de muitas conversas dos membros mais antigos.

Diante dos depoimentos há algo interessante a se refletir, pois se é um caso tão comum como a maioria das policiais falaram, esta parte que afirmou não ter sido assediada, será que realmente é esse depoimento que as mulheres que responderam não quis dar, ou ainda será medo se este assédio por vezes ocorre por um indivíduo com patente superior a sua, e que trabalha cotidianamente consigo.

O assédio sexual é um aspecto negativo da inserção feminina nas organizações. Envolve qualquer comportamento ou manifestação de natureza sexual ou com base no sexo, física, verbal ou não verbal, não desejada pela pessoa a que se dirige. Pode advir de superiores hierárquicos ou de colegas e envolve a quebra do respeito pela dignidade no trabalho (COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO, 2003). (CAPELLE; MELO, 2010, p 79).

Dentre os depoimentos estão algumas falas que elucidam os fatos citados anteriormente:

*“Sim, do meu comandante do dia. Daí olhei pra ele e perguntei se ele não tinha vergonha? Por que eu sou casada. Daí eu cortei, falei que ia falar pra o comandante geral. Por que se você der cabimento eles vão tentar, mas se cortar eles param”. (51 anos, 27 de Polícia Militar).*

*“Com certeza, tanto sexual quanto moral. Mas isso no início, hoje as pessoas estão mudando”. (36 anos, 11 anos de Polícia Militar).*

*“Eu era muito jovem, e solteira quando entrei na Polícia Militar da Paraíba, os assédios não demoraram muito a aparecer, desde as cantadas mais baratas, “vou lhe deixar em casa”, “Quer ser minha secretária?” até um certo profissional em todos os meus plantões ele ficava as doze horas me observando, mas mantive a minha postura e dava a resposta com a maior classe, cheguei a pedir pra ir para um setor fechado e restrito o CTI, onde estou até hoje”. (45 anos, 23 anos de Polícia Militar).*

É importante salientar que quatro das mulheres entrevistadas acreditam que a mulher é capaz de conter isto, demonstrando firmeza e contendo desde o início qualquer tipo de iniciativa dos outros membros da corporação.

Em detrimento a suas vivências cotidianas questioneei as participantes da pesquisa qual sentimento elas atribuiriam a profissão, depois de longos anos pertencentes a esta profissão, e obtive variadas respostas das entrevistadas, como: satisfação, perseverança, insatisfação, realização, decepção, coragem, dever cumprido, aprendizado e dificuldades.

Após esses longos anos de experiência a mulher enquanto policial sente um misto de sentimentos, às vezes bons, às vezes ruins, mas que são transformados e inseridos durante toda sua vida, pois não há como dividir o seu trabalho e sua vida pessoal, é uma profissão que exige foco e determinação em tempo integral a figura nela inserida.

Depois de uma longa análise da vida profissional das mulheres policiais a última questão para o público entrevistado foi que, se para estas a corporação a qual pertencem está preparada para igualdade entre homens e mulheres?

**Gráfico 03-** Identificação da opinião das mulheres policiais sobre a igualdade de gênero na corporação



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, (2018).

Das doze entrevistadas apenas 17% responderam que sim, 58% confirmaram que não e 25% delas consideram que a corporação vem se adequando para isto.

As mulheres que avaliaram que a corporação está preparada em termos de igualdade de gênero justifica que hoje a mulher já conquistou seu espaço, e que isto ocorreu não através da força, mas sim pela sua inteligência. Além de hoje já ser possível que a mesma ascenda profissionalmente, podendo chegar aos cargos mais altos assim como os homens.

Já as que dizem que esta ainda não está preparada justificam suas respostas pela disparidade de vagas nos concursos, que as vagas femininas são extremamente inferiores à dos homens. E ainda algumas destas acreditam que a Polícia Militar só inseriu as mulheres por que tinham que cumprir esse papel. Em uma das falas podemos identificar:

*“A PMPB é uma instituição centenária e mulher está presente em suas fileiras a pouco mais de 30 anos. De lá para cá, acredito que muitas barreiras já foram derrubadas. Mas ainda há muito o que se conquistar. A nossa sociedade ainda tem muitos traços patriarcais, da mesma forma tem a corporação Polícia Militar. Então, acredito que a PM ainda não está preparada para essa igualdade, da mesma forma que a nossa sociedade não está. Mas as mudanças acontecem aos poucos, de forma gradual. Temos muitas PMs FEMs que lutam por essa igualdade e que mostram que a mulher pode exercer o mesmo papel dos homens.” (35 anos, 13 anos de Polícia Militar).*

Aquelas que consideram que esta igualdade está em andamento:

*“A cada dia que se passa a Polícia Militar vem se adequando a essa realidade e acredito que vem se preparando de forma satisfatória a igualdade entre homens e mulheres. Hoje as mulheres executam as mesmas atividades executadas pelos homens”. (37 anos, 7 anos de Polícia Militar)*  
*“Vem tentando se igualar em algumas questões. Já foi melhorado, acho que está em um bom caminho”. (32 anos, 11 anos de Polícia Militar).*

A Polícia Militar assim como em muitas profissões a mulher teve que ultrapassar muitos obstáculos para se inserir. Podemos constatar, por meio dos dados apresentados, que as opiniões e vivências cotidianas das entrevistadas se divergem em vários fatores, onde algumas se sentem realizadas pela profissão que exercem, mesmo que sua entrada tenha sido em decorrência de sua instabilidade financeira. Outras ainda é possível perceber o desânimo em detrimento das desigualdades e preconceitos que neste meio sofrem, porém muitas vezes se calam por medo de sofrerem mais uma repressão.

Contudo, podemos identificar que o trabalho feminino nesta corporação não pode ser caracterizado como fácil, sobretudo aquelas que trabalham no serviço ostensivo, pois assim, como citado anteriormente, estão a todo momento se expondo ao perigo, e ainda consciente

que as leis responsáveis para julgar os delitos por vezes são brandas, ou seja, ela prende em um dia e o meliante é liberado no dia seguinte.

A partir da análise dos dados coletados foi possível compreender que a inserção feminina na Polícia Militar da Paraíba não foi algo fácil de se concretizar. Mas a corporação assim como todos os outros ambientes antes totalmente masculinizados tiveram que se adequar e aderir a este avanço que possibilitou a inserção e ascensão da mulher em todos os espaços da sociedade.

Este estudo nos mostrou que grande parte das mulheres que adentraram nesta profissão foi em detrimento de uma instabilidade financeira, pois este não é um trabalho tranquilo, onde além de envolver muitos obstáculos e rejeição pela diferenciação de gênero, é sobretudo uma profissão que envolve perigos cotidianamente. Isto é o que resulta com que a maioria das policiais preferiram trabalhar na parte burocrática, pois assim evitam de expor sua identidade na rua. Fica evidenciado, por meio dos dados obtidos, a desaprovação destas mulheres com a falta de punição para as infrações e crimes que são contidas pelas forças policiais, pois em seus relatos esclarecem que a todo momento elas prendem os detentos e no dia seguinte já os vêem em circulação nas mesmas áreas que foram presos.

As participantes da pesquisa em sua maioria avaliam que sua formação foi boa e fundamental para o que são hoje, mas elucidam que o Estado ainda pode melhorar no sentido de reabilitação e treinamento para o corpo policial já inserido. Além de tentar se adequar e chegar a uma equiparação de gênero tendo em vista que a maior parte avalia que o mesmo não está adequado e nem vem tentando se adequar a isso.

Hoje a Polícia Militar da Paraíba segundo a intranet conta com um efetivo de 8.588 policiais militares, sendo que 7.863 são do sexo masculino e apenas 725 são mulheres.<sup>1</sup> Diante desta perspectiva podemos avaliar o quanto o número de mulheres é inferior comparado aos homens, constituindo-se uma divisão injusta em termos de gênero.

Por fim podemos ressaltar que as mulheres conseguiram muitos avanços, porém ainda há muito a se conquistar neste meio. É necessário romper de vez com esta construção social em que trata com preconceito a figura feminina na profissão militar e limita esta prática apenas para o sexo masculino. A mulher já mostrou sua capacidade de atuação, então cabe as instituições responsáveis lhe proporcionarem condições cada vez melhores nos seus campos de atuação.

---

<sup>1</sup> Os dados quantitativos do efetivo da Polícia Militar da Paraíba foram adquiridos através do Sistema de Controle e Gestão Institucional da Polícia Militar da Paraíba, através da Intranet, este de acesso restrito ao corpo de Oficiais da Polícia Militar, assim sendo a devida informação foi repassada por um Capitão da corporação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher passou por uma série de lutas para conseguir adentrar no mercado de trabalho. Foi alvo de discriminações e preconceitos por tentar mudar seu status que se atribuiu sempre a mãe e cuidadora do lar, status este constituído na nossa sociedade regida por o sistema machista que aqui se estabeleceu.

Este cenário começou a se modificar intensamente a partir da 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Guerras Mundiais e, sobretudo, pelo grande avanço do processo de industrialização que mundialmente ocorreu. As mudanças no sistema econômico promoveram o crescimento urbano e proporcionaram mudanças nas relações sociais e de parentesco.

Inseridas assim no mercado de trabalho conquistaram sua independência financeira, passando a partir de então a realizar uma jornada dupla no seu dia-a-dia, ou seja, além de trabalhar fora ao chegar em casa teriam que cumprir com os afazeres domésticos. Esta é uma prática que perpassa até os dias atuais.

Não foi uma tarefa fácil para as mulheres adentrar no mercado de trabalho e principalmente em profissões que sempre foram exclusivas para o homem, e a Polícia Militar sempre foi uma destas. Mas assim como em muitas outras profissões isto vem sendo possível, e hoje a figura feminina ocupa os mesmos cargos e realiza as mesmas funções que os homens, tanto nas tarefas internas quanto externas no policiamento ostensivo.

Os avanços são evidentes, porém cotidianamente ainda existem muitos desafios relacionados pela distinção de gênero. O que aponta para o fato de que a mulher conquistou seu lugar na sociedade por meio da luta e da contribuição do Movimento Feminista, seja no aspecto da militância, seja no aspecto da produção intelectual da Teoria de Gênero. E, portanto, que esta luta é incessante.

A pesquisa revela que a profissão de Policial Militar não é um ofício fácil para as mulheres, e que envolve diversos perigos cotidianamente, assim muitas daquelas que prestam concurso para este cargo, estão cientes desses desafios, porém mesmo assim o fazem em busca de sua estabilidade financeira.

A partir da fala das policiais pesquisadas, com relação a questão de gênero foi possível observar que as entrevistadas enfatizam o fato dos policiais(homens) desacreditarem na incapacidade feminina em cumprir com seu exercício na segurança pública, em sua maioria tratam as mulheres como frágeis demais para o policiamento ostensivo, e com isso geram práticas preconceituosas dentro da corporação.

Apesar de alguns desvios algumas das participantes da pesquisa que prestaram mais de vinte anos de serviço consideram que houve algumas melhorias para as mulheres, principalmente em detrimento da aceitação por parte dos homens, pois nos primeiros anos era ainda mais complicado trabalharem lado a lado com os mesmos. Mas é necessário destacar que a igualdade de gênero dentro desta instituição ainda não foi conquistada, e parte das policiais acreditam que não estão havendo esforços e empenho suficiente para resolver esta questão.

A presença da figura feminina dentro da Polícia Militar constitui uma quebra de paradigmas em um ambiente onde prevalece uma cultura com ideologias machista. Esperamos que estes avanços consigam romper totalmente com o preconceito e os valores discriminatórios que ali se efetivaram e reconheçam que a mulher é merecedora de todo espaço já conquistado, pois este foi fruto de muitas lutas.

Sendo assim, este trabalho buscou contribuir para o campo de pesquisa de gênero, especialmente sob a polícia, que se caracteriza como um campo de estudo recente na nossa sociedade. Trazendo um novo olhar passível de reflexão para as Ciências Sociais e servindo como banco de dados para os estudos posteriores.

Além desta contribuição esta pesquisa mostrando como está a representação feminina na Polícia Militar no Estado da Paraíba poderá contribuir mostrando esta realidade para aquelas mulheres que almejam nesta profissão adentrar e para a sociedade, em geral, conhecer o papel feminino neste órgão de segurança pública.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cidadania e Justiça**. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres/> Acesso em: 02/05/2018.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 2.106, de 6 de fevereiro de 1984**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2106.htm)> Acesso em: 20/05/2018.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na brigada militar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CARVALHO, Mônica Alves Cappelle; OLIVEIRA, Marlene Catarina de Lopes Melo. “Mulheres Policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais”. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, vol. 11, núm. 3, mayo-junio, 2010, pp. 71-99.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves. MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo. **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais**. Disponível em: < <file:///C:/Users/Meu%20note/Desktop/GÊNERO%20NA%20PM.pdf>> Acesso em: 15/07/2018.

CLPM 2004. **Coletânea de Leis da PMPB**. Disponível em: <[https://cfsdbpm3.files.wordpress.com/2012/09/clpm\\_2004](https://cfsdbpm3.files.wordpress.com/2012/09/clpm_2004)>.pdf Acesso em: 24/07/2018.

CONCURSO POLICIAL. **Edital concurso soldado PMPB 2014**. Disponível: <<http://concurtopolicial.com.br/edital-concurso-soldado-pmpb-2014/>> Acesso em: 10/05/2018.

FEITOSA, Ana Carine N. **Inserção das mulheres na polícia militar do Ceará**: Gênero e policiamento comunitário. Fortaleza- CE, Monografia do Curso de Graduação em Serviço Social, Centro de Estudos, UECE, 2010.

FILHO, Amílcar. Torrrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Disponível: <<file:///C:/Users/Meu%20note/Desktop/GÊNERO.pdf>> Acesso em: 10/07/2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. “Foucault e a Análise Do Discurso em Educação”. *In*: Cadernos de Pesquisa, n. 114, npo. 1ve9m7-b2r2o3/2 n0o0v1embro/ 2001

FOCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25 ed. São Paulo: Graal, 2008.

GABRIELLE, Juliana. **Conquistas e desafios das mulheres no mercado de trabalho**. Disponível: < <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/conquistas-e-desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/21894/>> Acesso em: 20/06/2018.

GARCIA, Loreley. Entrevista À Tenente Coronel Christiane Wildt Cavalcanti Viana. Disponível em:

<file:///C:/Users/Meu%20note/Desktop/WILDT%20CAVALCANTE%201%C2%B0%20CO  
RONEL%20DA%20PB.pdf> Acesso: 19/07/2018.

GLOBO.COM. **G1 Paraíba.** Disponível: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/divulgado-edital-para-o-cfo-2018-da-policia-militar-da-paraiba.ghtml>> Acesso em: 25/06/2018.

GLOBO.COM. **G1 Paraíba.** Disponível:  
<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/02/cfo-2017-da-policia-militar-da-paraiba-divulga-resultado-da-fase-intelctual.html>> Acesso em: 10/05/2018.

GLOBO.COM. **G1 Paraíba.** Disponível: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/edital-de-concurso-da-policia-militar-e-corpo-de-bombeiros-da-pb-e-divulgado.ghtml/>> Acesso em: 29/06/2018.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> Acesso em: 16/09/2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. **A análise do discurso: Conceitos e aplicações.** Disponível:<file:///C:/Users/Meu%20note/Documents/ANÁLISE%20DO%20DISCURSO> Acesso em: 17/09/2017.

LEAL, Armstrong dos Santos. FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Ensaio da inserção da mulher militar no Brasil.** Disponível:<file:///C:/Users/Meu%20note/Downloads/20368-41711-2-PB%20(2).pdf> Acesso em: 03/07/2018.

LIMA, João Batista de. **A briosa: história da Polícia Militar da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **“Gênero: questões para a educação”.** In: BRUSCHINI, Cristina;

UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

LOPES, Emanuel. Bruno. BRASIL, Glauécia. Mota. **Mulheres na Polícia: Demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder.** Disponível: <file:///C:/Users/Meu%20note/Documents/ARTIGO%20SOBRE%20A%20INSERÇÃO%20DA%20MULHER%20NA%20PM.pdf> Acesso em: 06/07/2018.

MARCINEIRO, Nazareno. PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XX.** Florianópolis: Insular, 2005.

MATHIAS, Suzeley K. **As mulheres chegam aos quartéis.** Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100017)> Acesso em: 11/08/2017.

MOVIMENTO FEMINISTA. Disponível: <<http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evoluo-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso em: 10/05/2018

MUNIZ, Jacqueline. **A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional.** Disponível em: <[http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc\\_policial/pol\\_03.pdf](http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_03.pdf)> Acesso em: 11/08/2017.

NASCIMENTO, Iris O. **Competências de soldado: Relações de gênero na formação profissional da polícia militar.** João Pessoa- PB, Dissertação de Mestrado em Curso de Mestrado em Educação, UFPB, 2013.

NETO, João da Mata Medeiros. **Mulheres na Polícia Militar da Paraíba: Gênero, direito e função policial.** Tese de Doutorado do programa Presente e Passado dos Direitos Humanos, no Departamento de História Medieval, Moderna e Contemporânea dos direitos humanos da universidade de Salamanca, Espanha. Ediciones Universidad de Salamanca, 2016.

OLIVEIRA, Maria José N. **A inserção da mulher na polícia militar: uma análise à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB.** Campina Grande- PB, Monografia do Curso de Serviço Social, UEPB, 2011.

RIQUE, Célia. LIMA, Marcos Costa. **A Nova Relação entre a Polícia e a Sociedade: uma perspectiva emancipatória.** Recife: Bagaço, 2003.

ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/alea/v7n2/a10v7n2.pdf> Acesso em: 20/07/2018

SAFFIOTI, Heleith. Rearticulando gênero e classe social. (1992). In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. (Amílcar Torrão Filho)

SANTOS, Carla A. **Representações sociais da mulher na polícia militar da Paraíba.** João Pessoa- PB, Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Centro de Ensino, PMPB, 2005.

SANTOS, Juliana Anacléto dos. **“Igualdade de Gênero em Alcance: Considerações para o estabelecimento de novas relações sociais”.** Revista eletrônica de Ciências Sociais. I Ed. 2007.

SABOIA, Ana Lucia; FRESNEDA, Betina; AGOSTINHO Cintia. **A situação das mulheres no Brasil- estatísticas e desafios.** Disponível: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/48a-reuniao/palestra-4-a-situacao-das-mulheres-no-brasil-estatisticas-e-desafios.pdf/view>> Acesso em 14/06/2018.

SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. Disponível: < [https://intranet.pm.pb.gov.br/index\\_sistema.html](https://intranet.pm.pb.gov.br/index_sistema.html)> Acesso em 22/07/2018.

SKOLNICK, Jerome H. BAYLEY, David H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades Norte-Americanas.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOARES, Barbara. M, & MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais:** presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro. Col Segurança e Cidadania. Civilização brasileira, Rio de Janeiro- RJ, 2005.

SOUZA, Marcos Santana. **“Elas não servem para guerra”:** Presença feminina e representações sociais de gênero na Polícia Militar de Sergipe. Monografia (Especialização em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas) – Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão; Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, UFS, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios.** São Paulo: Editora Alameda, 2017.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a)

Eu, Luana Francisca das Neves Melo, como aluna do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus- Sumé-Pb, pretendo desenvolver uma pesquisa com mulheres policiais no Estado da Paraíba, intitulado **A MULHER POLICIAL NO ESTADO DA PARAÍBA**, com o objetivo geral de Compreender o processo de inserção da mulher na polícia militar no estado da Paraíba, especialmente no Cariri Paraibano, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Sheylla de Kassia S. Galvão (pesquisadora responsável). Esta pesquisa se realizará por meio de entrevistas.

O motivo que nos leva a estudar o assunto é dado pela importância da instituição da Polícia Militar para a sociedade e da inserção da mulher nesta instituição salutar para a manutenção da paz social, especialmente no Cariri Paraibano. Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, pois não acarretará qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo:

Atenciosamente,

---

Sheylla de Kassia S. Galvão  
Fone: (83) 3353.1850

### **Consentimento do voluntário.**

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Participante

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Sheylla de Kassia S. Galvão  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCG Rua Luiz Grande, S/N  
- Sumé-PB - CEP 58540-000 - Telefone: (83) 3353.1850  
e-mail: skgalvao@gmail.com

## **APÊNDICE B: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Nome:
2. Idade:
3. Estado Civil:
4. Ano de inserção na Polícia Militar?
5. Como era sua vida antes de entrar para a Polícia Militar?
6. Ser Policial Militar sempre foi sua primeira alternativa de profissão?
7. Sua família lhe apoiou nesta iniciativa? Se sim, quem?
8. Qual a sua avaliação sobre o curso de formação para adentrar na corporação?
9. Durante o curso havia alojamento, banheiro de acordo com a distinção do sexo?
10. Você sofreu algum tipo de rejeição dos outros membros, do gênero masculino?
11. Você já atuou no policiamento ostensivo?
12. Qual sua preferência, trabalhar na rua, ou na parte burocrática? Por quê?
13. Há obstáculos nesta profissão? Se sim, quais?
14. Você já sofreu assédio sexual por membro da corporação? Se sim, você pode falar como foi esta experiência, e como ficou sua atuação profissional depois deste fato?
15. Qual sentimento você atribuiria hoje a sua profissão?
16. Você considera que a Polícia Militar está preparada para a igualdade entre homens e mulheres? Se sim, poderia falar a respeito?